



A FILOSOFIA EDUCACIONAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DO SURDO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Elayne Cristina Rocha Dias ¹
Ítalo Rômulo Costa da Silva ²
Maria Rosilene de Sena ³

RESUMO

O processo histórico da educação dos Surdos é marcado por embates e diversas filosofias educacionais na luta pelo direito de viverem como cidadãos e ter o uso de sua língua na sociedade. O objetivo da pesquisa consiste em analisar as filosofias educacionais ao longo da história da educação dos Surdos relacionando com a prática do docente do 5º ano de Língua Portuguesa em uma escola municipal de Teresina- Piauí. Os específicos correspondem a identificar a formação desse docente do 5º ano; as metodologias e recursos utilizados e verificar as Políticas Públicas de Inclusão do educando Surdo. É uma pesquisa qualitativa e bibliográfica permitindo a apresentação dos principais fatos ocorridos e as contribuições dos teóricos sobre o processo histórico educacional desse grupo. Realizou-se observações e entrevistas com uma professora da sala regular; com um professor de Atendimento Educacional Especializado- AEE e uma intérprete de Libras. Percebe-se que a docente da sala regular faz o uso dos recursos: livro didático; quadro e explanação oral dos conteúdos. Enquanto na sala de AEE, existe uma preocupação do ensino da Língua Brasileira de Sinais- Libras e do Português, utilizando-se diversos recursos visuais. Conclui-se a predominância da Filosofia da Comunicação Total na prática dessa educadora da escola regular.

Palavras-chave: Surdos, História, Educação, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as Filosofia Educacionais ao longo da

¹ Doutoranda em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, elaynedias2017@outlook.com;

² Mestrando do Curso de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí- UFPI, italoromulocsilva@gmail.com;

³ Mestranda em Educação Inclusiva-UEMA, rosilenesena3@gmail.com;



história da educação dos Surdos relacionando com a prática do docente do 5º ano em uma escola municipal de Teresina (Piauí). Aproximação com o objeto da pesquisa parte-se de questões surgidas ao longo de um percurso profissional e acadêmico e de relatos de docentes que nem sequer perceberam a presença de alunos Surdos em classes comuns regulares, justificando a temática em questão. Desta forma, o problema de pesquisa: Quais as Filosofias Educacionais ao longo da história da educação dos Surdos utilizados na prática dos docentes do 5º ano em uma escola municipal de Teresina- Piauí?

Para tal, foi realizado um trabalho de campo em uma escola que apresenta uma criança Surda no 5º ano do Ensino Fundamental na rede municipal de Teresina (Piauí). A partir de uma metodologia envolvendo observação e entrevistas, foi possível colher resultados que apontam conclusões parciais sobre essa problemática.

Para embasamento teórico utilizou-se os autores: Dias, Portela e Viana (2013), Cardoso (2003); dentre outros. Além da análise de documentos e leis relacionadas a Política de Inclusão.

De acordo com Dias, Portela e Viana (2013), desde a Antiguidade, os Surdos enfrentam dificuldades em adquirir independência e respeito à sua língua, discriminados e considerados incapazes, submetidos à ideia de que a língua falada seria a única forma de linguagem possível de ser considerada pela sociedade. Atualmente, a comunidade Surda luta pela Filosofia do Bilinguismo e principalmente por uma escola bilíngue em nosso país.

Desta maneira, estabelece como considerações finais a utilização de recursos, tais como: livro didático; uso da lousa, ambos voltados para uma prática oral de conteúdo, por parte da professora de Português. Enquanto na sala de AEE, existe o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua Portuguesa, com o uso de recursos adaptados para o aluno Surdo. Conclui-se a utilização da corrente filosófica da Comunicação Total.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, optou-se por uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, visando descrever as práticas e os desafios enfrentados pela professora do 5º ano de Língua Portuguesa que permeiam uma escola pública municipal, com modelo



inclusivo, de Teresina, estado do Piauí. A escola situa-se na zona norte de Teresina (PI), a escolha dela, deve-se ao fato da boa estrutura física e humana para o atendimento educacional do aluno Surdo. Além, do resultado positivo no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Elegeu-se a metodologia do estudo de caso para esta pesquisa, por tratar-se da análise de um fenômeno de certa natureza ocorrendo num dado contexto. Segundo Miles e Huberman, (1994, p.25) o caso é “uma unidade de análise, que pode ser um indivíduo, o papel desempenhado por um indivíduo ou uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou até mesmo uma Nação. Todos esses tipos de caso são unidades sociais”.

Para maior recolhimento de dados, foram utilizadas observações e entrevistas do tipo semiestruturada, com a professora de Português; professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e com uma Tradutora/ Intérprete de Libras, permitindo uma maior sistematização nos resultados como também a opinião livre dos sujeitos pesquisados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em nosso país, a partir do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, surgem ações focadas na ideia da necessidade de atendimento especializado e inclusivo das pessoas com deficiência nos sistemas sociais, sobretudo na esfera escolar.

A interlocução entre as esferas do Governo e o fortalecimento dos movimentos sociais, deram início à criação de programas escolares para deficientes mentais e, posteriormente, para as demais deficiências, incluindo os Surdos. Cardoso (2003, p.18) enfatiza que “[...] no Brasil, as classes especiais foram criadas entre 1960 e 1965, em todo território brasileiro, para as pessoas excepcionais”, como maneira de organizar e manter a homogeneidade das turmas comuns. Ressalta-se que esta terminologia era utilizada para os indivíduos com deficiência intelectual que frequentam as classes especiais.

Os Surdos, apesar de não possuírem deficiência na área cognitiva, à época, frequentam tais classes. No ano de 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o atendimento educacional às pessoas com



deficiências passa por uma fundamentação legal, que assinala seu direito à educação, com preferência no ensino comum.

Aborda-se o tema Educação Especial vinculado ao sistema geral. Corroborando com a proposta, a Constituição Brasileira de 1988 traz em seu Capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto – Art. n. 205, a premissa de que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. O Art. n. 208, prevê, de modo específico, que o “[...] dever do Estado com a educação será efetivado mediante [...] Atendimento Educacional Especializado [...], preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p.124).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI), no ano de 2008, que procura acompanhar as transformações do conhecimento e da sociedade, o intuito é que todos sejam atendidos de acordo com suas especificidades.

Dias, Portela e Viana (2013), refere-se que um dos primeiros educadores conhecidos por se dedicarem à educação dos Surdos foi o espanhol Pedro Ponce de León (1520-1584), cujo trabalho consegue, na ocasião, derrubar argumentos falsos de crenças religiosas, filosóficas e médicas daquela época. Inicia uma abordagem Oralista como método de aprendizagem. A Comunicação Total surge como outra filosofia educacional, onde o princípio básico é o de se comunicar.

Nesta perspectiva, os Surdos voltam a empregar a língua de sinais, haja vista que a abordagem considera qualquer recurso de comunicação aceitável, levando-se em conta todos os aspectos do alunado, desde o cognitivo até o social. É a partir desse reconhecimento da sinalização na comunicação que os Surdos se mobilizam para exigir o uso da língua de sinais na educação escolar, configurando, dentro da Comunicação Total, o modelo do Bilinguismo. Modelo este que requer o reconhecimento da identidade e cultura Surdas e incentiva habilitar os Surdos para o uso de duas línguas no cotidiano escolar e em sua vida social – a primeira (L1) a língua de sinais e a segunda e a segunda (L2) a modalidade escrita da língua majoritária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola situa-se na zona norte de Teresina (Piauí), com ampla estrutura física e organizacional acessível para os alunos com deficiência. Percebe-se o seguinte



resultado: o Ideb 2017 nos anos iniciais alcançou 7,7, atingindo a meta estabelecida pela Secretaria de Educação especificamente para esta instituição. As figuras 01 e 02 a seguir demonstram a estrutura física da instituição:

Figura 1: Espaço externo da escola



Fonte: arquivo dos autores, (2019)

Figura 02: Refeitório da escola



Fonte: Arquivo dos autores, (2019)

Observa-se uma ampla estrutura física para o acolhimento dos alunos em vários espaços escolares com diversas deficiências. Sobre a formação da professora de Língua Portuguesa e do Professor de AEE, sujeitos entrevistados, temos como relato, que eles possuem formação em Licenciatura em Pedagogia e especialização na área de educação. Apenas o docente de AEE, possui conhecimento de Língua Brasileira de Sinais (Libras), adquirido em uma capacitação ofertada pela Secretaria de Educação de Teresina (SEMEC), estado do Piauí.

Durante as observações em sala de aula os recursos utilizados pela docente no



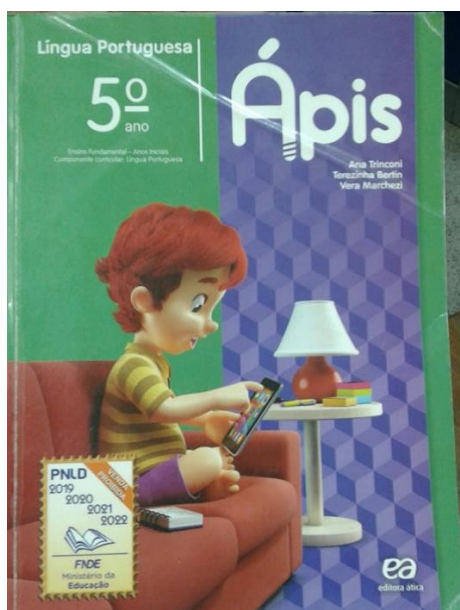
ensino da disciplina de Português correspondem: ao livro didático e a lousa com explanação oral dos conteúdos. Nesse sentido, cabe ao professor buscar um planejamento flexível, adaptações necessárias e coerentes no currículo, principalmente da disciplina de Língua Portuguesa, e incorporar em suas aulas recursos de preferência visuais que ofereçam aprendizagem mais produtiva e desafiadora. Isso requer envolvimento e parceria para elaboração de atividades, recursos e planejamento diferenciado, sobretudo no que se refere aos sujeitos da comunidade Surda, em função das especificidades que envolvem a condição cultural e linguística.

Tem-se a presença de uma intérprete, porém ela privilegia a alfabetização desse aluno Surdo, não realizando sua devida função como consta na legislação. Quanto ao trabalho do profissional intérprete, Lacerda (2000, p. 356) destaca:

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções, (ensinar língua de sinais, atuar como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno, entre outros) que o aproximam muito de um educador. [...] se integrando na equipe educacional, todavia isso o distancia de seu papel tradicional de intérprete gerando polêmicas.

Desta maneira, a intérprete durante as aulas de Português estabelecia como função a alfabetização do estudante Surdo, em vez, da interpretação dos conteúdos. Sobre os recursos didáticos, as Figuras 03 e 04 a seguir demonstram os livros utilizados pela turma (5º ano) e outro usado pelo aluno Surdo durante o processo de alfabetização em sala de aula.

Figura 03: Livro de Língua Portuguesa adotado na turma do 5º ano



Fonte: Arquivo dos autores, (2019)



Figura 04: Livro de Língua Portuguesa utilizado pelo aluno surdo



Fonte: Arquivo dos autores, (2019)

Em relação ao planejamento, a professora informa em entrevista que são utilizados planos ou uma rotina da sala de aula determinada pela Secretaria, com ênfase aos discentes ouvintes. A Secretaria de Educação, oferece um curso de Libras para os servidores municipais como forma de um embasamento para os professores que possuem alunos Surdos em sua sala de aula, porém existem um “choque” de horário em relação a capacitação da turma de 5º ano. Outro ponto refere-se ao professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que elabora um Plano individual para o aluno Surdo e usa vários recursos visuais no processo de ensino e aprendizagem desse educando. As Figuras 05 e 06 a seguir demonstram alguns recursos utilizados durante os atendimentos ao estudante Surdo na sala de AEE.

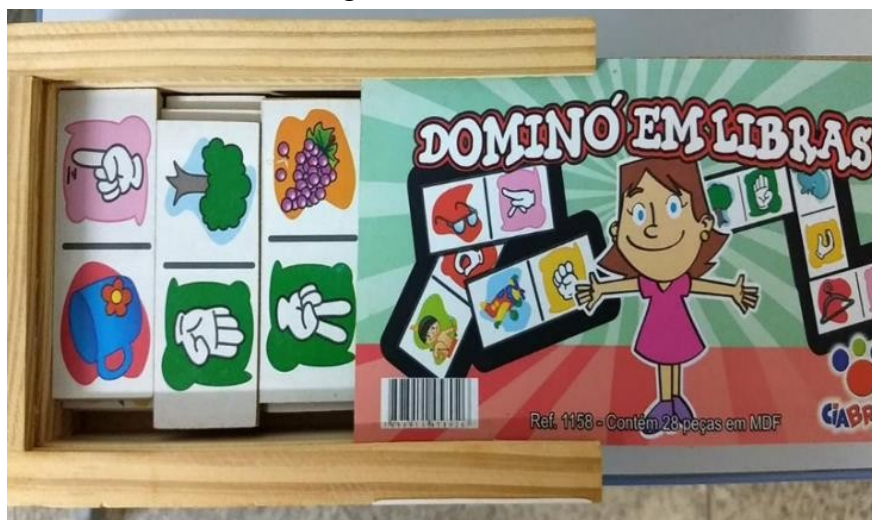
Figura 05: Pranchas utilizadas para o ensino do Português na sala de AEE



Fonte: Arquivo dos autores, (2019)



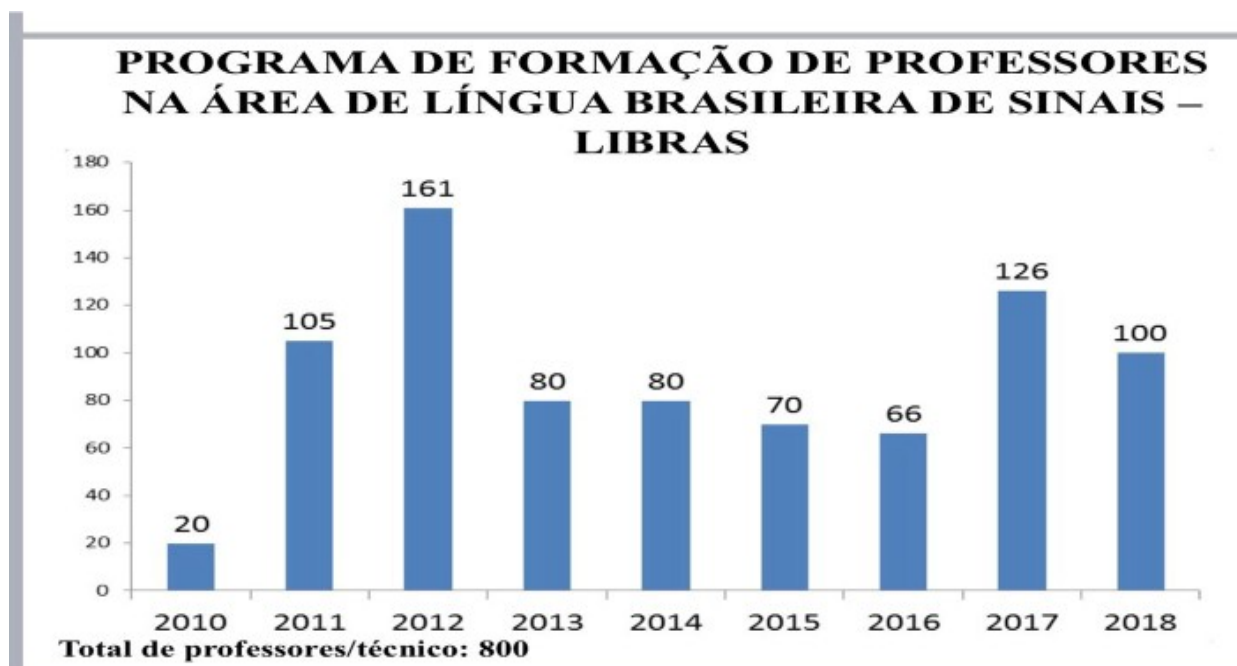
Figura 06: Dominó de Libras



Fonte: Arquivo dos autores, (2019)

Assim, temos alguns exemplos de recursos utilizados para o ensino do Português como segunda língua para o Surdo, na modalidade escrita, como também, imagem de recurso didático para o ensino da Libras como L1. A figura 08, demonstra a evolução da formação em relação aos cursos de Libras ofertados pela Secretaria de Educação do município de Teresina (Piauí), objetivando uma capacitação continuada para os docentes para o atendimento e uma comunicação com os estudantes Surdos.

Figura 08: Formação de Professores



Fonte: Arquivo dos autores, (2019)



Em relação ao auxílio da SEMEC de Teresina para com o processo de ensino – aprendizagem dos alunos com deficiência, temos: auxiliares de apoio à inclusão, o atendimento do estudante na sala de AEE e os cursos ofertados para a capacitação continuada dos professores da sala regular como de AEE.

Diante dessas situações mencionadas e outras percebidas no decorrer das observações e entrevistas, constata-se o uso da Filosofia da Comunicação Total em vez de uma perspectiva do Bilinguismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição pesquisada, tem uma estrutura física e humana com boa qualidade. Com professores capacitados e em busca de novas formações. Apesar disso, possui alguns aspectos que podem ser melhorados e ajustados em prol de uma educação melhor para o estudante Surdo. Por mais que se tenha dentro da sala de aula uma tradutora/ intérprete de Libras a Filosofia de ensino denominada de Comunicação Total permanece ativamente na prática desses educadores.

Durante as observações, percebe-se a não realização da função da tradutora/ intérprete de Libras em sala de aula, estendendo-se a prática de alfabetização em vez de interpretação dos conteúdos. Os recursos didáticos e a metodologia utilizados nas aulas estão voltados para os ouvintes. Na sala de AEE, percebe-se algo mais dinâmico quanto aos recursos e ao ensino da Libras e do Português na modalidade escrita.

Temos como sugestões: a efetivação do seletivo para intérprete de Libras; a ampliação das salas de AEE nas escolas regulares e a elaboração de um instrumento avaliativo e de um planejamento específico (PDI) para contemplar as especificidades dos estudantes Surdos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado; 1998.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.



CARDOSO, M. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa 187 caminhada. In: MOSQUERA, J. M.; STOBAÜS, C. (Org.). **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DIAS, E. C. R; PORTELA, M. B; VIANA, B. A. D. S. Ensino de geografia para o deficiente auditivo: estudo de caso da unidade escolar Matias Olímpio, Teresina- Piauí. **Form@re. Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. UFPI, Teresina, v. 1, n. 1, p. 80-106, jul./ dez. 2013.

LACERDA, C. B. F. A prática pedagógica mediada (também) pela Língua de Sinais: trabalhando com sujeitos surdos. **Caderno CEDES**, Unicamp, Campinas, ano XX, nº 50, 2000.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael; **Qualitative data analysis**. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. 1994.